



# **AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO PROGRAMA PREVINE BRASIL NA UNIDADE REGIONAL DE SAÚDE DE ALFENAS EM MINAS GERAIS**

## **AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO PROGRAMA PREVINE BRASIL NA UNIDADE REGIONAL DE SAÚDE DE ALFENAS EM MINAS GERAIS**

Relatório técnico apresentado pelo mestrando João Ricardo Brigagão Hilário ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação do docente Prof. Dr. Vinicius de Souza Moreira, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



Resumo 03

Contexto 04

Descrição da situação-problema 06

Objetivos da proposta de intervenção 07

Público-alvo da proposta 07

Diagnóstico e análise 08

Proposta de intervenção 17

Referências 22

Responsáveis pela proposta de intervenção e data 23

Protocolo de recebimento 24



## RESUMO

Este relatório apresenta uma síntese técnica da dissertação de mestrado elaborada na linha de pesquisa de Políticas Públicas, com ênfase na avaliação de políticas e programas, que busca analisar as ações governamentais. Teve como objetivo, examinar a eficácia de uma política pública de saúde através dos resultados dos indicadores de desempenho de 24 municípios da Unidade Regional de Saúde de Alfenas do Estado de Minas Gerais, no contexto do Programa Previne Brasil, no período de 2022 e 2023.

Tratou-se de uma pesquisa documental através dos relatórios disponíveis no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) acessado por meio da plataforma e-Gestor.

Constatou-se que no final de 2023, quatro anos após a implantação da política, apenas dois dos 24 municípios analisados atingiram um indicador sintético igual a 10. Isso indica que o Programa teve baixo nível de eficácia. Além disso, a maioria dos municípios não alcançaram as metas estabelecidas pelo PPB nos indicadores relacionados à Saúde da Mulher (IV), Saúde da Criança (V) e Doenças Crônicas (VI e VII).



A avaliação e o acompanhamento dos serviços de saúde desempenham um papel fundamental na análise do acesso e da qualidade dos cuidados oferecidos pelas equipes da Atenção Primária à Saúde.

## CONTEXTO

O Programa Previne Brasil (PPB), lançado no ano de 2019, foi instituído pela Portaria nº 2.979, de 12 de novembro daquele ano (Brasil, 2019). O PPB foi implementado com ênfase na responsabilidade da equipe e da administração municipal por suas ações. Isso porque, apesar dos incentivos financeiros anteriores, a cobertura de acesso ao Sistema Único de Saúde continuava baixa (Ferreira; Neves; Rosa, 2022). O PPB foi desenhado com a finalidade de reestruturar o modelo de financiamento, visando ampliar o acesso da população aos serviços da APS. Além disso, busca fortalecer o vínculo entre a comunidade e as equipes de saúde, atribuindo maior responsabilidade aos gestores e às equipes pelo alcance das metas estabelecidas (Harzheim, 2020).

A implementação do Programa, conforme estabelecido pela Portaria nº 2.979/2019, define um novo modelo de financiamento da APS no Brasil. Esta iniciativa, que modificou a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS/2017, introduziu novas modalidades de custeio, tais como a capitação ponderada, o pagamento por desempenho e o incentivo para ações estratégicas.

Dentre as novas modalidades de custeio implementadas pelo PPB, esta pesquisa concentrou-se na modalidade de pagamento por desempenho, com o objetivo de avaliar se os municípios conseguiram atingir as metas estabelecidas nos indicadores individuais de desempenho, bem como no ISF, conforme previsto na política.



O pagamento por desempenho, consiste na transferência de recursos com base no desempenho das equipes de Saúde da Família e de Atenção Primária. O valor repassado está diretamente condicionado aos resultados obtidos em um conjunto de indicadores relacionados a Saúde da Mulher, a Saúde Bucal, o Pré-Natal, a Saúde da Criança e as Doenças Crônicas que são monitorados e avaliados conforme o desempenho das referidas equipes (Brasil, 2019)



## CONTEXTO

As unidades de análise foram constituídas por 24 municípios da Unidade Regional de Saúde Alfenas pertencentes à Macrorregião Sudoeste de Minas Gerais, a saber: Alfenas, Alterosa, Arceburgo, Areado, Bandeira do Sul, Botelhos, Cabo Verde, Campestre, Campo do Meio, Campos Gerais, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Fama, Guaranésia, Guaxupé, Juruáia, Machado, Monte Belo, Muzambinho, Paraguaçu, Poço Fundo, São Pedro da União e Serrania.

Foi sob este contexto que foi realizado o levantamento dos sete indicadores de pagamento por desempenho relacionados às ações estratégicas de Pré-Natal, Saúde da Mulher, Saúde da Criança e Doenças Crônicas. Foram coletados dados secundários do primeiro, segundo e do terceiro quadrimestres dos anos de 2022 a 2023, dos sete indicadores de pagamento por desempenho e do Indicador Sintético Final, através dos relatórios disponíveis no Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB), pela plataforma e-Gestor Atenção Básica.



O recorte territorial possui 432.826 habitantes, o que retrata 48,55% da população da Macrorregião de Saúde Sudoeste de Minas Gerais.





## DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Múltiplas políticas públicas vêm sendo implementadas no âmbito da saúde, com ênfase na Atenção Primária à Saúde, a exemplo do Programa Previne Brasil. Investir na eficácia dessas políticas, ou seja, no alcance efetivo dos resultados por elas almejados, contribui diretamente para a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde. Ademais, tal investimento impacta positivamente os indicadores de saúde da população brasileira, refletindo-se, consequentemente, na melhoria da qualidade e no acesso aos serviços públicos de saúde, na ampliação do financiamento e no aprimoramento da gestão.

Diante disso, a avaliação das políticas públicas de saúde são fundamentais para garantir que os objetivos propostos pelas intervenções públicas sejam alcançados e para identificar áreas que necessitam de melhorias no SUS. Além disso, a utilização de indicadores de saúde e a realização de pesquisas possibilitam uma visão mais clara dos impactos das políticas implementadas, contribuindo para o desenvolvimento de ações mais efetivas e direcionadas às necessidades reais da população (Fernandes, 2022). Dessa forma, a avaliação sistemática das políticas públicas de saúde torna-se uma ferramenta relevante para o fortalecimento da APS e, com isso, para o avanço da saúde pública no Brasil (Fonseca; Mendonça, 2014; Cubas et al., 2017; Tasca et al., 2020; Brasil, 2023; IEPS, 2024).

Diante de uma temática que deve ser amplamente discutida, acredita-se que, do ponto de vista teórico, cada estudo adicional nesta área amplia a fronteira do conhecimento sobre a problemática, possibilitando a implementação de medidas mais assertivas. Além disso, sob olhar prático, a avaliação e o acompanhamento da eficácia das políticas públicas de saúde são fundamentais para promoção da “melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle social sobre a efetividade da ação do Estado” (Ramos; Schabach, 2012, p. 1272). Diante da crescente demanda por políticas públicas mais eficazes, especialmente no setor da saúde, torna-se importante compreender se os objetivos esperados pelos municípios estão, de fato, sendo alcançados. No contexto da APS, que representa a porta de entrada e base estruturante do SUS (Fonseca; Mendonça, 2014; Cubas et al., 2017; Tasca et al., 2020), a ineficácia no alcance das finalidades propostas por essas políticas públicas pode comprometer a qualidade do cuidado, o acesso da população aos serviços básicos em saúde e a sustentabilidade financeira de todo o Sistema.

# OBJETIVOS DA PROPOSTA

## OBJETIVO GERAL

Avaliar a eficácia do Programa Previne Brasil, nos municípios da Unidade Regional de Saúde de Alfenas.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o desempenho do Indicador Sintético Final (ISF) de cada município da Unidade Regional de Saúde de Alfenas;
- Analisar o comportamento dos sete indicadores de desempenho previsto no Programa Previne Brasil;
- Propor ações estratégicas de melhoria de desempenho, dos indicadores que mais chamaram atenção, tanto para os coordenadores de equipes da Atenção Primária à Saúde quanto para os gestores municipais e regionais.



O **público-alvo** da proposta de intervenção são os gestores públicos e de saúde regionais e municipais, coordenadores da Atenção Primária à Saúde, equipes técnicas envolvidas diretamente na coordenação e implementação do Programa Previne Brasil nos municípios da Unidade Regional de Saúde de Alfenas em Minas Gerais. Bem como demais responsáveis pela formulação, execução e monitoramento de políticas e programas públicos voltadas à Atenção Primária à Saúde.



## DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Na presente seção apresenta-se a descrição, mensuração e análise dos indicadores de desempenho e do Indicador Sintético Final relacionados ao Programa Previne Brasil. O foco residiu na avaliação da eficácia dessa política pública, verificando se as metas estabelecidas para cada indicador de desempenho foram alcançadas.

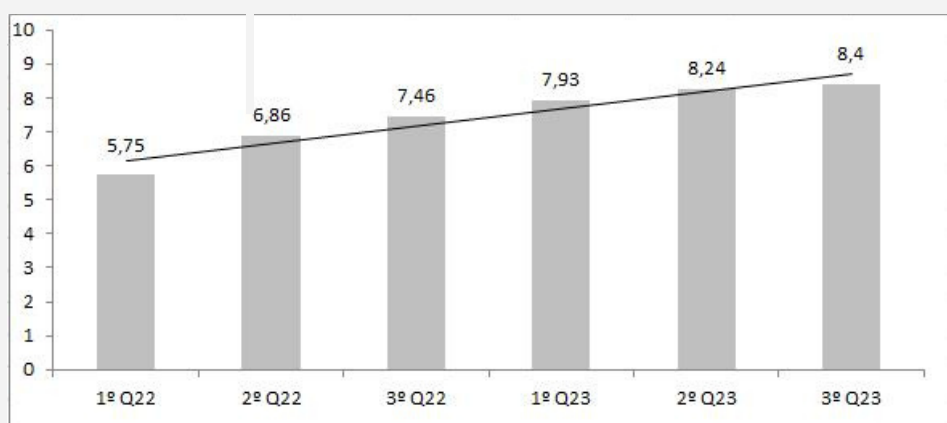
### INDICADOR SINTÉTICO FINAL – ISF

Constatou-se que 58,33% dos 24 municípios pesquisados situaram-se abaixo deste comportamento médio. Observou-se que as menores notas registradas nos dois anos em análise sempre pertenceram aos municípios de Alfenas, com 2,38 e 3,96 no 2º quadrimestre de 2022 e 1º quadrimestre de 2023, respectivamente, e de Carvalhópolis, com 0,41 e 2,38 no 1º e 3º quadrimestres de 2022 e 3,46 e 4,22 no 2º e 3º quadrimestres de 2023.

Por outro lado, é importante destacar os municípios responsáveis pelas maiores notas registradas no horizonte analisado: São Pedro da União obteve 9,61, 9,98 e 9,92 nos quadrimestres de 2022, além de 10 no primeiro e terceiro quadrimestres de 2023; e Cabo Verde atingiu nota de 9,92 no segundo quadrimestre de 2023 e também 10 no terceiro quadrimestre de 2023.

As médias das notas alcançadas por todos os municípios da URS Alfenas nos 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2022 e 2023 são apresentadas no gráfico abaixo. É evidente uma melhora nas notas de um quadrimestre para o outro, representando um aumento de 46,09% ao comparar o último quadrimestre de 2023 (nota 8,4) com o primeiro de 2022 (nota 5,75).

Dois dos 24 municípios alcançaram a pontuação máxima (10). É relevante notar que 14 municípios (58,33%) superaram a média da pontuação alcançada pela URS, que foi de 8,4 no terceiro quadrimestre de 2023. O valor do incentivo financeiro para transferência aos municípios e ao Distrito Federal está condicionado ao desempenho obtido pelo ISF.



Ressalta-se que, embora os indicadores sintéticos sejam úteis para fornecer uma visão geral, eles não devem substituir uma análise mais detalhada e contextualizada dos diferentes aspectos do sistema de saúde. Portanto, é fundamental complementá-los com análises mais aprofundadas dos indicadores de desempenho do PPB, para permitir a compreensão completa do funcionamento, o alcance das metas estabelecidas e para orientar as decisões políticas e estratégicas mais eficazes, conforme demonstra-se no decorrer desta seção.

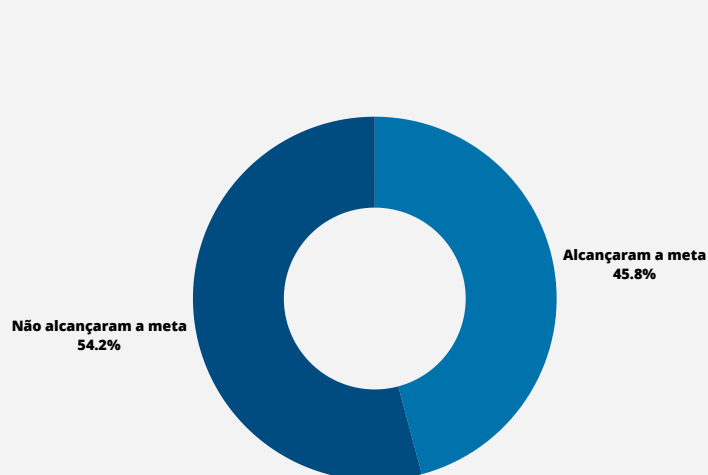
## INDICADORES DE DESEMPENHO

**Indicador 1, “proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação”**

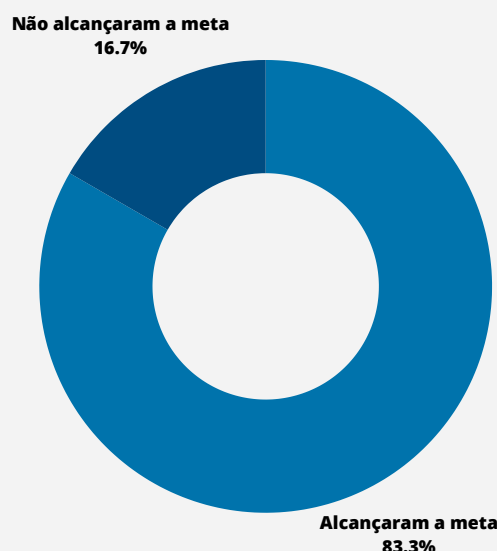
Este indicador tem a finalidade de examinar o acesso ao acompanhamento pré-natal; facilitar o planejamento, gestão e avaliação da assistência ao pré-natal; estimular a adesão de gestantes para iniciar o pré-natal de forma oportuna, fundamental para identificar precocemente alterações e intervir adequadamente em condições que afetam a saúde da gestante e da criança (Brasil, 2022).

- Observou-se melhoria ao longo do período analisado. Em 2022, o percentual mínimo dos municípios era de 0%, enquanto no terceiro quadrimestre de 2023, subiu para 27%. O percentual máximo também aumentou, passando de 85% no terceiro quadrimestre de 2022 para 100% no terceiro quadrimestre de 2023, alcançado pelos municípios de Fama e São Pedro da União.
- Verificou-se também que a média apurada, anteriormente abaixo da meta, aumentou de 42,08% no primeiro quadrimestre de 2022 para 64,88% no terceiro quadrimestre de 2023, ultrapassando agora a meta estabelecida.

Além disso, houve um aumento de 81,82% no número de municípios que atingiram a meta, comparando o início de 2022 com o final de 2023. Restaram apenas quatro municípios (16,67%) para alcançar a meta do indicador, que é superar 45%. Sendo eles: Alfenas, Guaranésia, Guaxupé e Muzambinho.



➤ **1º Quadrimestre 2022**



➤ **3º Quadrimestre 2023**

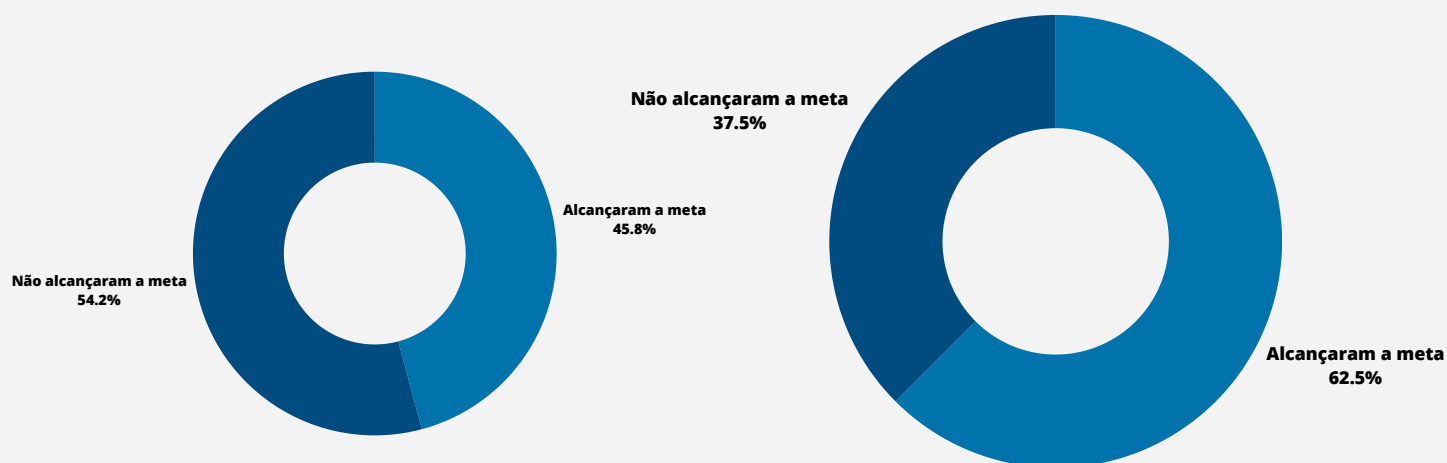
## INDICADORES DE DESEMPENHO

### Indicador II, “proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV”

O Indicador II avalia a conformidade com as diretrizes e os regulamentos para garantir um pré-natal de qualidade na APS; apoiar o processo de planejamento, a gestão e avaliação da assistência ao pré-natal; incentivar a realização de testes de sífilis e HIV para triagem de gestantes com essas condições, garantindo tratamento adequado para minimizar danos ao feto (Brasil, 2022b).

- Verificou-se que houve melhoria ao longo do período analisado. Em 2022, o percentual mínimo dos municípios foi de 0% no primeiro quadrimestre de 2022, enquanto no terceiro quadrimestre de 2023, subiu para 42%. O percentual máximo também registrou aumento, passando de 93% no primeiro quadrimestre de 2022 para 100% no terceiro quadrimestre de 2023, alcançado pelos municípios de Arceburgo, Fama e São Pedro da União.
- Ademais, observou-se que a média apurada, que antes se encontrava abaixo da meta, aumentou de 53% no primeiro quadrimestre de 2022 para 72,08% no terceiro quadrimestre de 2023, agora superando a meta.

Além disso, houve um aumento de 36,36% no número de municípios que atingiram a meta, comparando o início de 2022 com o final de 2023. Ainda há nove municípios (37,50%) para alcançarem a meta do indicador, que é superar 60%. Sendo eles: Alfenas, Bandeira do Sul, Campo do Meio, Conceição da Aparecida, Guaranésia, Guaxupé, Muzambinho, Paraguaçu e Poço Fundo.



➤ 1º Quadrimestre 2022

➤ 3º Quadrimestre 2023



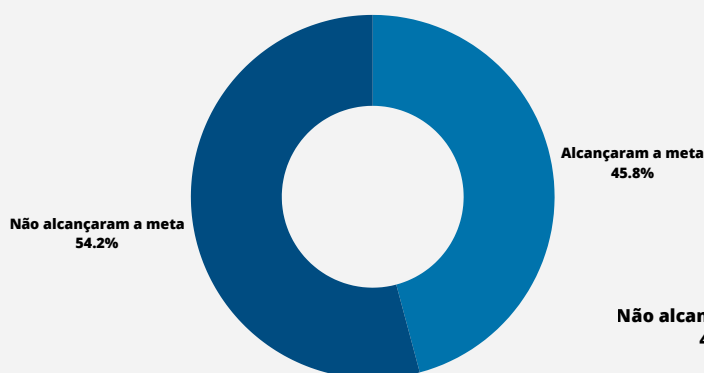
## INDICADORES DE DESEMPENHO

### Indicador III, “proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado”

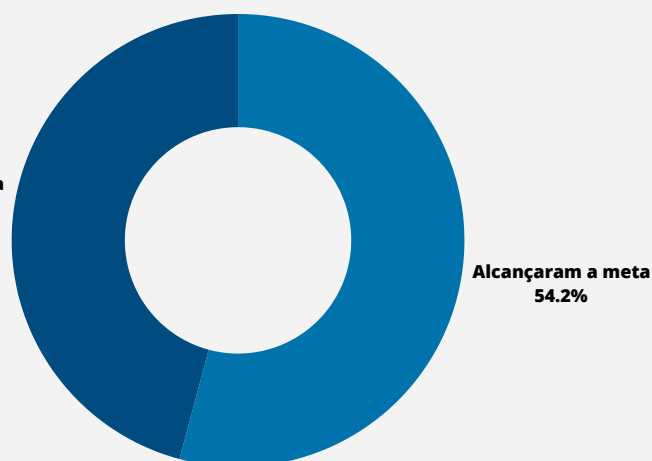
De acordo com a Nota Técnica nº 15/2022 do Ministério da Saúde, em conformidade com as “Diretrizes Para prática clínica odontológica na APS (2021)”, que recomendam, pelo menos, uma consulta odontológica para gestantes durante o pré-natal, é crucial entender que a avaliação odontológica da gestante é uma fase essencial do pré-natal (Brasil, 2022c).

- Observou-se que, em 2022, o percentual mínimo foi de 0% no primeiro e segundo quadrimestres, mas esse valor subiu para 18% no primeiro e segundo quadrimestres de 2023. O percentual máximo também aumentou, passando de 95% no primeiro quadrimestre de 2022 para 100% nos demais quadrimestres de 2022 e 2023, alcançado pelos municípios de Fama e São Pedro da União..
- Além disso, notou-se que a média, que anteriormente estava abaixo da meta, aumentou de 45,50% no primeiro quadrimestre de 2022 para 62,83% no terceiro quadrimestre de 2023, ultrapassando a meta estabelecida.

O número de municípios que alcançaram a meta aumentou em 18,18%, comparando o início de 2022 com o final de 2023. No entanto, 11 municípios ainda não atingiram a meta do indicador, que é superar os 60%.



### ➤ 1º Quadrimestre 2022



### ➤ 3º Quadrimestre 2023



Os dados encontrados neste estudo demonstram uma melhora nos indicadores (I, II e III) e o alcance da meta referente ao Pré-Natal, refletindo uma tendência positiva e uma possível melhoria na qualidade e na acessibilidade quando comparados à pesquisa de Soares et al. (2023) que relataram que ainda existe uma concentração de municípios de Minas Gerais que não conseguiram atingir a meta estabelecida, em 2021.

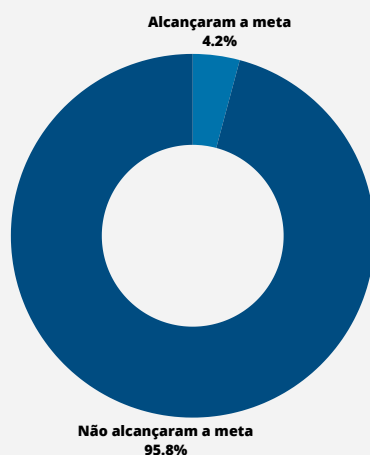
## INDICADORES DE DESEMPENHO

### Indicador IV, “proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS”

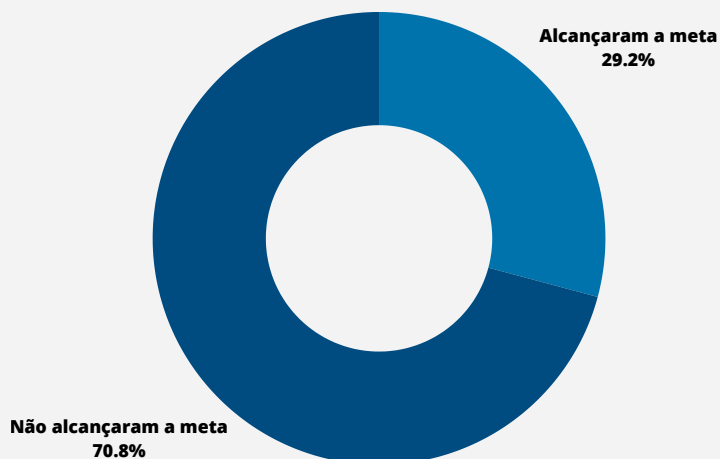
O Indicador IV, que se refere à proporção de mulheres que realizaram pelo menos um exame citopatológico do colo do útero a cada três anos na APS, visa medir a cobertura desse serviço entre mulheres de 25 a 64 anos atendidas na APS, em relação ao total estimado de mulheres nessa faixa etária no município (Brasil, 2022d).

- Constatou-se que o percentual mínimo foi de 3% no primeiro quadrimestre de 2022, enquanto o máximo foi de 54% no terceiro quadrimestre de 2023. Além disso, observou-se que a média, que anteriormente estava abaixo da meta, aumentou de 18,92% no primeiro quadrimestre de 2022 para 31,42% no terceiro quadrimestre de 2023, ainda permanecendo abaixo da meta estabelecida.
- Ainda que se perceba uma tendência positiva evidente nos gráficos, a maioria dos municípios apresentou percentuais abaixo da média e, consequentemente, inferiores à meta estabelecida.

O número de municípios que alcançou a meta aumentou em 600%, comparando o início de 2022 com o final de 2023. Contudo, 17 municípios (70,83%) ainda não alcançaram a meta do indicador, que é ultrapassar os 40%.



➤ 1º Quadrimestre 2022



➤ 3º Quadrimestre 2023

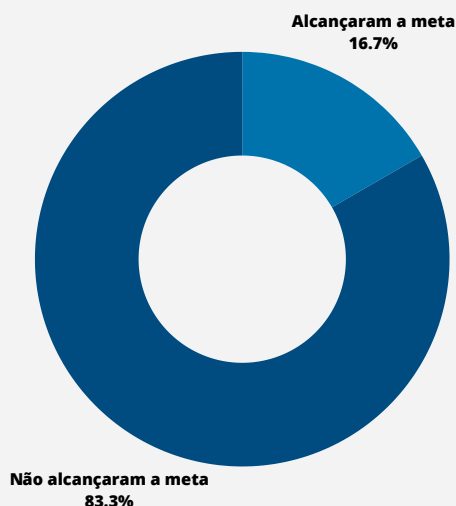
## INDICADORES DE DESEMPENHO

### Indicador V, “proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por haemophilus Influenza tipo B e Poliomielite inativada”

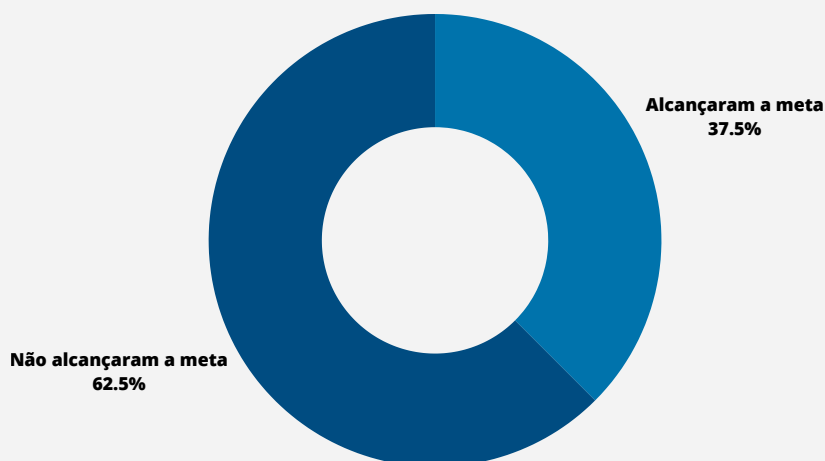
O Indicador V tem como finalidade avaliar o nível de proteção da população infantil contra essas doenças imunopreveníveis (Brasil, 2022f).

- Verificou-se que o percentual mínimo foi de 0% no primeiro quadrimestre de 2022, enquanto o máximo foi de 100% no primeiro e segundo quadrimestres de 2022 e, também, ao longo de 2023. Além disso, notou-se que a média, anteriormente abaixo da meta, aumentou de 71,67% no primeiro quadrimestre de 2022 para 87% no primeiro quadrimestre de 2023, permanecendo abaixo da meta estabelecida.
- Embora os gráficos indiquem uma tendência positiva, a maioria dos municípios apresentou percentuais abaixo da média e, consequentemente, inferiores à meta estabelecida.

O número de municípios que alcançaram a meta aumentou em 125% do início de 2022 até o final de 2023. No entanto, 15 municípios (62,50%) ainda não alcançaram a meta do indicador, que é ultrapassar os 95%.



➤ 1º Quadrimestre 2022



➤ 3º Quadrimestre 2023



## INDICADORES DE DESEMPENHO

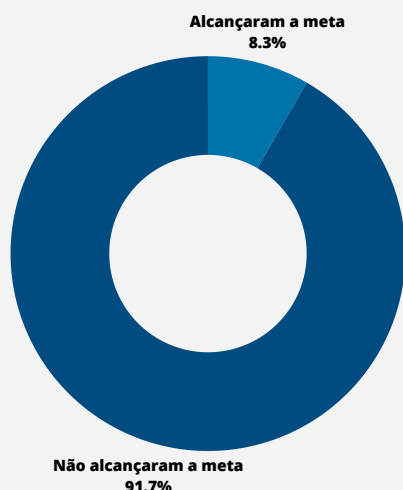
### Indicador VI “proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre”

O Indicador VI visa analisar se a aferição da pressão arterial em pacientes hipertensos é regularmente realizada pela equipe, pelo menos uma vez a cada seis meses, como parte integrante do processo de atendimento visando o controle da pressão arterial desses indivíduos; além de verificar a adesão às diretrizes e protocolos para o acompanhamento de pacientes com hipertensão na Atenção Primária à Saúde; e de fornecer o suporte para o planejamento, gestão e avaliação do controle de doenças crônicas.” (Brasil, 2022e).

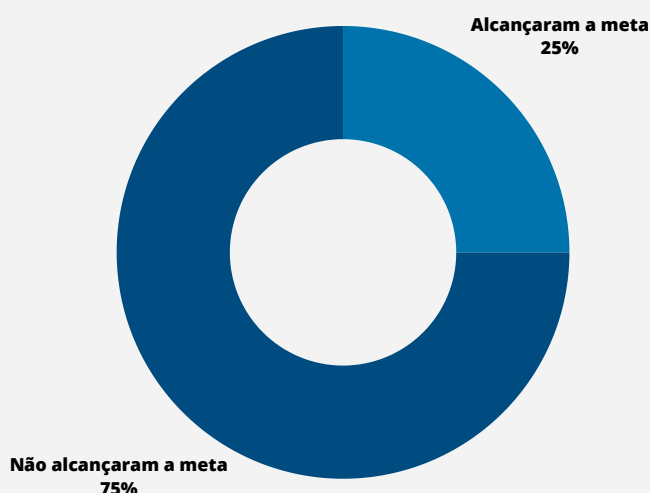
➤ Verificou-se que o percentual mínimo foi de 0% no primeiro e segundo quadrimestres de 2022, enquanto o máximo foi de 69% no segundo e terceiro quadrimestres de 2023. Além disso, a média, anteriormente abaixo da meta, aumentou de 20,96% no primeiro quadrimestre de 2022 para 42,83% no segundo quadrimestre de 2023, permanecendo abaixo da meta estabelecida.

➤ Embora os gráficos indiquem uma tendência positiva, a maioria dos municípios apresenta percentuais abaixo da média e, consequentemente, inferiores à meta estabelecida.

O número de municípios que atingiu a meta aumentou em 300% entre o início de 2022 e o final de 2023. Todavia, 18 municípios (75%) ainda não alcançaram a meta do indicador, que é ultrapassar os 50%.



➤ 1º Quadrimestre 2022



➤ 3º Quadrimestre 2023

## INDICADORES DE DESEMPENHO

### Indicador VII “proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre”.

O Indicador VII visa analisar se a requisição do exame de hemoglobina glicada é rotineiramente incluída na agenda de atendimento das equipes, garantindo sua realização ao menos anualmente para pacientes com diabetes; verificar a adesão às diretrizes e regulamentações para o acompanhamento de indivíduos com diabetes na Atenção Primária à Saúde; e oferecer suporte ao processo de planejamento, gestão e avaliação no controle de doenças crônicas (Brasil, 2022g).

➤ Verificou-se que o percentual mínimo foi de 0% no primeiro quadrimestre de 2022, enquanto o máximo atingiu 79% no segundo quadrimestre de 2023. Além disso, notou-se que a média que anteriormente estava abaixo da meta, aumentou de 15,67% no primeiro quadrimestre de 2022 para 40,54% no segundo quadrimestre de 2023, permanecendo ainda abaixo da meta estabelecida.

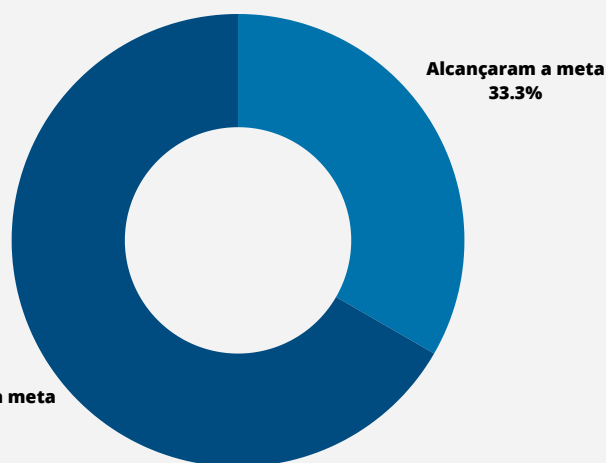
➤ Embora os gráficos indiquem uma tendência positiva, a maioria dos municípios apresentou percentuais abaixo da média e, consequentemente, inferiores à meta estabelecida.

O número de municípios que alcançou a meta aumentou em 267% do segundo quadrimestre de 2022 até o final de 2023. No entanto, 16 municípios (66,67%) ainda não alcançaram a meta do indicador, que é ultrapassar os 50%.



Não alcançaram a meta  
100%

➤ 1º Quadrimestre 2022



Não alcançaram a meta  
66.7%

➤ 3º Quadrimestre 2023

Ao analisar os sete indicadores relativos ao pagamento por desempenho, observa-se que, no início de 2022, a maioria dos municípios estava abaixo da meta estabelecida. Apenas 45,83% dos municípios alcançaram a meta nos indicadores relacionados ao Pré-natal e à Gestação (Indicadores I, II e III); 4,17% cumpriram a meta para Saúde da Mulher (Indicador IV), enquanto 16,67% atingiram a meta para Saúde da Criança (Indicador V). Sobre Doenças Crônicas, apenas 8,33% dos municípios conseguiram atingir a meta (Indicador VI), e nenhum município alcançou a meta para o Indicador VII.



Por outro lado, nota-se uma tendência de aprimoramento nos indicadores ao longo do período, especialmente no último quadrimestre de 2023, em que 83,33%, 62,50% e 54,17% dos municípios alcançaram as metas estabelecidas para os indicadores relacionados ao Pré-natal e à Gestação (Indicadores I, II e III), respectivamente. Em relação aos demais indicadores, a maioria apresentou melhorias, porém ainda não alcançaram as metas estipuladas. Apenas 29,17% conseguiram atingir a meta para Saúde da Mulher (Indicador IV), enquanto 37,50% atingiram a meta para Saúde da Criança (Indicador V). Quanto às Doenças Crônicas, somente 25% e 33,33% dos municípios alcançaram a meta (Indicador VI e VII), respectivamente.



Nos municípios examinados, residem 432.826 pessoas, das quais 355.941 foram alcançadas pelo SUS, uma cobertura de 86,45%. Constatou-se que, 10 dos 24 municípios (41,67%) não alcançaram essa média. Esse é um aspecto crucial a ser observado, pois a não inclusão nos sistemas de informação e não alcance desses usuários pelo SUS pode impactar o cumprimento das metas estabelecidas. Desses 10 municípios observa-se que, durante o último quadrimestre de 2023, sete deles também estão classificados entre aqueles com a nota ISF abaixo da média registrada na URS de Alfenas. Além disso, oito municípios não atingiram a meta do indicador IV, nove não alcançaram a meta do indicador VI, e sete não atingiram a meta do indicador V e nem no VII.







**“É possível que algumas mulheres realizem a coleta do exame citopatológico fora do Sistema Único de Saúde.”**

**“Profissionais de saúde permanecem sendo considerados as fontes mais confiáveis e influenciadoras para vacinação.”**



## PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Destaca-se a importância do acompanhamento e avaliação sistemáticos das políticas públicas uma vez que, em um dado momento, elas podem ser reformuladas ou repensadas para que se consiga alcançar os resultados inicialmente propostos com eficácia. No caso da política pública analisada, em especial, os resultados da pesquisa trouxeram à tona um baixo nível de eficácia na região investigada, o que sinaliza a necessidade de intervenção e de ação dos atores envolvidos no Programa Previne Brasil.

Os indicadores que mais chamaram atenção no estudo foram Saúde da Mulher (Indicador IV), Saúde da Criança (Indicador V) e Doenças Crônicas (Indicadores VI e VII). E, sobre eles, tece-se algumas considerações nos parágrafos a seguir.

No que se refere ao **indicador IV**, relacionado à coleta do exame citopatológico, destaca-se alguns fatores encontrados e demonstrados no quadro abaixo que podem ter influenciado o não alcance das metas do indicador. Dessa forma, essas usuárias deixam de ser contabilizadas para o cumprimento das metas estabelecidas pelo PPB. Algumas ações estratégicas são sugeridas, permitindo uma estimativa mais precisa da cobertura do exame na população-alvo.



## Algumas ações estratégicas são sugeridas, permitindo uma estimativa mais precisa da cobertura do exame na população-alvo.

Indicador	Fatores que podem ter influenciado o não alcance das metas	Ações Sugeridas	Ação Geral
Indicador IV - Saúde da Mulher	Possibilidade de algumas mulheres realizarem o exame fora do Sistema Único de Saúde, por meio de planos de saúde ou particulares.	Desenvolvimento de mecanismos que possibilitem a integração dessas informações ao sistema do SUS, permitindo uma estimativa mais precisa da cobertura do exame na população-alvo.	A utilização de relatórios individualizados, contendo a identificação dos pacientes com acompanhamento pendente em cada indicador, permite à equipe de saúde direcionar de forma mais eficaz suas intervenções, especialmente no que se refere à busca ativa e à organização das atividades conforme as necessidades específicas da população adstrita.
	Medo do procedimento, a vergonha, o constrangimento, a inexistência de horários fora do horário comercial, a demora no agendamento, barreiras culturais e preconceitos em relação ao exame, o receio de um diagnóstico positivo para câncer, ou até mesmo concepções equivocadas sobre os fatores de risco – como no caso de mulheres lésbicas que, por não manterem relações sexuais com homens, consideram-se isentas da necessidade de realizar o exame.	Investir na qualificação das equipes de saúde e no fortalecimento do vínculo entre os profissionais e as usuárias, promovendo um ambiente de acolhimento e confiança, que favoreça a adesão aos programas de prevenção.	
	Possibilidade que o desconforto gerado pela coleta e a postura inadequada de alguns profissionais de saúde, marcada por falta de empatia e de preparo para lidar com a paciente, também são elementos que afastam parte do público feminino da realização do exame.		



De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 2018, aproximadamente 20 milhões de crianças em todo o mundo deixaram de receber vacinas essenciais para a prevenção de doenças potencialmente mortais, como sarampo, difteria e tétano.

**No que se refere ao indicador V, relacionado à vacinação infantil, destaca-se alguns fatores encontrados que podem ter influenciado o não alcance das metas do indicador.**

Indicador	Fatores que podem ter influenciado o não alcance das metas	Ações Sugeridas	Ação Geral
Indicador V - Saúde da Criança	A “disseminação de desinformação e fake news nas redes sociais, promovidos principalmente por movimentos antivacina, que tem afetado diretamente na hesitação vacinal e gerado insegurança e resistência nos responsáveis”; a “acessibilidade aos serviços de saúde, incluindo a dificuldade com transporte, tempo de locomoção e horários reduzidos de funcionamento”; a “falta de percepção de risco/senso de importância em relação a vacina devido ao sucesso da implementação do Programa Nacional de Imunização”; a “falta de verba”; as “consequências da pandemia” de Covid-19; e, por último, “as dificuldades com o sistema de informação”.	Realizar ações educativas voltadas à conscientização dos responsáveis, promovendo a valorização da vacinação como ferramenta confiável e essencial de saúde pública.	A utilização de relatórios individualizados, contendo a identificação dos pacientes com acompanhamento pendente em cada indicador, permite à equipe de saúde direcionar de forma mais eficaz suas intervenções, especialmente no que se refere à busca ativa e à organização das atividades conforme as necessidades específicas da população adstrita.
	Baixa escolaridade dos pais está significativamente associada à recusa ou à não adesão à vacinação infantil.	Comunicação clara e assertiva pelo governo para preservar a confiança da população no sistema de saúde local. Utilização dos profissionais de saúde nas ações educativas que permanecem sendo considerados as fontes mais confiáveis e influenciadoras para vacinação.	
	Preocupações com a segurança das vacinas, bem como objeções de cunho filosófico ou religioso.	Importância do papel das ações governamentais quanto o enfrentamento da desinformação nas redes sociais, a necessidade de debater preços e estratégias de aquisição conjunta de vacinas, bem como a ampliação do financiamento para assegurar sua acessibilidade em países de baixa e média renda.	
	Percepção de que a vacina não é importante para prevenção e erradicação dessas enfermidades, aliada à crença de que ela pode provocar reações adversas, está entre os principais motivos para a não adesão aos imunobiológicos.	Iniciativas intersetoriais, como aquelas desenvolvidas no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), são importantes para ampliar o acesso à vacinação. Fortalecer a articulação entre os setores de saúde e educação, bem como sensibilizar as instituições escolares quanto à importância de sua participação ativa na promoção da saúde coletiva.	
	Alguns pais optam por não vacinar seus filhos como forma de evitar o sofrimento associado a possíveis efeitos colaterais das vacinas.		
	Substituição das vacinas ofertadas pelo SUS por vacinas adquiridas na rede privada. Essas doses aplicadas na rede privada, quando não registradas no sistema oficial do SUS, deixam de ser contabilizadas para fins de aferição de metas do programa.	Criação mecanismos que favoreçam a integração das informações vacinais oriundas do setor privado aos sistemas de informação do SUS, garantindo uma estimativa mais precisa da cobertura vacinal real da população. Algumas iniciativas municipais têm demonstrado êxito nesse sentido, por meio da articulação com clínicas privadas para a inserção dos dados vacinais no sistema oficial, o que possibilitou a aproximação ou mesmo o cumprimento das metas estabelecidas.	



Muitas famílias optam por imunizar seus filhos com vacinas particulares, geralmente recomendadas por médicos de confiança, por apresentarem características como combinação de múltiplos antígenos em uma única dose e menor reatogenicidade, especialmente no caso das vacinas acelulares. No entanto, essas doses aplicadas na rede privada, quando não registradas no sistema oficial do SUS, deixam de ser contabilizadas para fins de aferição de metas do programa. Conforme Lozano et al. (2025) a vacinação realizada na rede privada representa um obstáculo para o adequado alcance das metas da Atenção Primária à Saúde, uma vez que os registros dessas doses não são incorporados ao sistema de informação oficial.



**Já as doenças contempladas nos indicadores VI (hipertensão arterial) e VII (diabetes mellitus) são denominadas doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e o panorama delas no Brasil é preocupante. Em relação à primeira, mais conhecida como “pressão alta”, cerca de 27,9% da população brasileira é atingida pela doença (Brasil, 2024). Já em relação à segunda, de acordo com a Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD, 2025), estima-se que o número de pessoas com diabetes no país é de, aproximadamente, 20 milhões.**

Indicador	Fatores que podem ter influenciado o não alcance das metas	Ações Sugeridas	Ação Geral
Indicador VI e VII - Doenças Crônicas	Ainda predomina, entre parte da população, uma concepção limitada sobre o cuidado preventivo. A busca por atendimento tende a ocorrer, majoritariamente, apenas diante de sintomas ou agravamentos clínicos.	Com o intuito de contornar tais barreiras, algumas UBS passaram a ofertar atendimentos em horários estendidos, incluindo turnos noturnos e finais de semana, visando ampliar o acesso e alcançar as metas estabelecidas.	A utilização de relatórios individualizados, contendo a identificação dos pacientes com acompanhamento pendente em cada indicador, permite à equipe de saúde direcionar de forma mais eficaz suas intervenções, especialmente no que se refere à busca ativa e à organização das atividades conforme as necessidades específicas da população adstrita.
	Baixa adesão às ações de prevenção, especialmente em regiões rurais e áreas periféricas, onde a cobertura assistencial permanece limitada por múltiplos fatores sociais e estruturais		
	No que se refere à busca ativa de indivíduos pertencentes ao público-alvo dos indicadores do PPB, enfrentam-se diversas dificuldades. Uma das mais recorrentes é a ausência dos usuários em seus domicílios durante o horário comercial, considerando que muitos são adultos economicamente ativos, pertencentes à classe trabalhadora.	Investir em ações de educação em saúde, que visem modificar a compreensão social sobre a prevenção, promovendo uma cultura de cuidado contínuo e proativo, especialmente entre os segmentos mais vulneráveis da população.	
	Público-alvo evitam ausentar-se do trabalho para compromissos preventivos em saúde, temendo perdas financeiras, como o desconto de benefícios (ex.: vale e ticket alimentação), em decorrência de atestados médicos.		
	Resistência de algumas famílias em receber os agentes comunitários de saúde, o que limita ainda mais a efetividade das estratégias de acompanhamento em saúde.		
	Baixa procura por parte da população, indicando que os obstáculos à adesão às práticas preventivas não se restringem à disponibilidade de horário, mas também envolve fatores culturais, educacionais e de percepção do cuidado.		





É possível que diversos desafios sejam enfrentados na gestão e operacionalização das ações em saúde, especialmente no setor público. Entre os principais obstáculos, destacam-se no quadro abaixo alguns que podem ter influenciado o não alcance das metas dos indicadores de desempenho do PPB.

Outros fatores que podem influenciar o não alcance das metas	Ações Sugeridas
Composição insuficiente das equipes, o absenteísmo, a alta frequência de atestados médicos e faltas, fatores que comprometem diretamente a continuidade e a qualidade da atenção básica.	O financiamento federal deveria contemplar a contratação de um número maior de profissionais, de modo a ampliar o acesso e qualificar a atenção ofertada à população.
Sobrecarga dos demais membros da equipe da APS, comprometendo a continuidade e a qualidade da assistência prestada à população.	
Adoecimento dos profissionais de saúde, comprometendo, assim, a continuidade e a qualidade da assistência prestada à população.	
Elevada demanda de famílias sob a responsabilidade das equipes e com a limitada oferta de serviços de atenção primária em determinados municípios, o que pode resultar na acumulação de funções.	
Não se pode descartar que a atual estrutura mínima financiada pode estar desfalcada e incapaz de responder de forma adequada à elevada demanda espontânea, dificultando o planejamento de ações proativas, como a busca ativa de usuários.	
Desafios relacionados à infraestrutura tecnológica. Problemas com a utilização dos prontuários eletrônicos, limitações na tecnologia da informação, conectividade precária e instabilidade dos sistemas disponibilizados pelo governo federal dificultam a adequada inserção e gestão das informações em saúde.	Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Comunicação, prevendo a contratação de serviços de internet via satélite e melhoria de sistemas oficiais.
Não se pode descartar que, em muitos casos, parte dos profissionais desconhece os parâmetros e os públicos-alvo específicos de cada indicador, o que compromete o direcionamento e a eficácia das ações.	Capacitação contínua promovida pela coordenação da Atenção Básica, voltada para toda a equipe de saúde, com foco nos indicadores do Previne Brasil.
	Realização de reuniões periódicas com as equipes, com o objetivo de apresentar os resultados alcançados, discutir pontos de melhoria e identificar áreas prioritárias de atuação. Ademais, propõe-se a implementação de mecanismos de incentivo, como bonificações por desempenho, a serem atribuídas às equipes que atingirem ou superarem as metas estipuladas ao final de cada quadrimestre.
Em alguns casos, são incluídos usuários que não utilizam a rede pública, mas sim o setor privado, o que impede sua contabilização no numerador. Isso prejudica o alcance das metas, pois gera distorções nos resultados e penaliza as equipes que atuam com base em uma população não assistida diretamente pelo SUS.	Revisar a metodologia de cálculo dos indicadores de desempenho do Programa Previne Brasil, especialmente no que se refere ao denominador.

# REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ações para a Implementação do Programa Previne Brasil: modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Brasília - DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: [https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/12/1402185/livro\\_saps\\_acoes\\_implementacao\\_programa\\_previne\\_brasil\\_2022.pdf](https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/12/1402185/livro_saps_acoes_implementacao_programa_previne_brasil_2022.pdf). Acesso em: 10 jul. 2025.
- BRASIL. Hipertensão arterial: Saúde alerta para a importância da prevenção e tratamento. Ministério da Saúde. 2024. Recuperado em 08 jun. 2025, de: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/hipertensao-arterial-saude-alerta-para-a-importancia-da-prevencao-e-tratamento>.
- BRASIL. Manual instrutivo do financiamento da Atenção Primária à Saúde [recurso eletrônico]. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Saúde da Família. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_instrutivo\\_financiamento\\_saps.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_instrutivo_financiamento_saps.pdf). Acesso em: 08 jul. 2025.
- BRASIL. 2019. Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2979\\_13\\_11\\_2019.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2979_13_11_2019.html). Acesso em: 08/04/2024.
- BRASIL. 2022. Portaria GM/MS nº 102, de 20 de janeiro de 2022. Altera a Portaria GM/MS nº 3.222, de 10 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os indicadores do pagamento por desempenho, no âmbito do Programa Previne Brasil. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-102-de-20-de-janeiro-de-2022-375495336>. Acesso em: 08/04/2024.
- BRASIL. 2023. Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: [https://sisab.saude.gov.br/paginas/acesoRestrito/relatorio/federal/indicadores/indicado\\_Painel.xhtml](https://sisab.saude.gov.br/paginas/acesoRestrito/relatorio/federal/indicadores/indicado_Painel.xhtml). Acesso em: 08/04/2024.
- BRASIL. 2022a. Nota Técnica nº 12/2022-SAPS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota\\_tecnica\\_12.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota_tecnica_12.pdf). Acesso em: 08/04/2024.
- BRASIL. 2022b. Nota Técnica nº 14/2022-SAPS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: [https://famurs.com.br/uploads/midia/33472/NT\\_n\\_14\\_2022\\_SAPS\\_MS.pdf](https://famurs.com.br/uploads/midia/33472/NT_n_14_2022_SAPS_MS.pdf). Acesso em: 08/04/2024.
- BRASIL. 2022c. Nota Técnica nº 15/2022-SAPS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota\\_tecnica\\_15.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota_tecnica_15.pdf). Acesso em: 16/04/2024.
- BRASIL. 2022d. Nota Técnica nº 16/2022-SAPS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota\\_tecnica\\_16.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota_tecnica_16.pdf). Acesso em: 16/04/2024.
- BRASIL. 2022e. Nota Técnica nº 18/2022-SAPS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota\\_tecnica\\_18.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota_tecnica_18.pdf). Acesso em: 16/04/2024.
- BRASIL. 2022f. Nota Técnica nº 22/2022-SAPS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota\\_tecnica\\_22.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota_tecnica_22.pdf). Acesso em: 16/04/2024.
- BRASIL. 2022g. Nota Técnica nº 23/2022-SAPS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota\\_tecnica\\_23.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota_tecnica_23.pdf). Acesso em: 16/04/2024.
- BRASIL. 2022. Nota Técnica Explicativa do Relatório de Indicadores de Desempenho da APS (Previne Brasil-2022). Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: [https://sisab.saude.gov.br/resource/file/nota\\_tecnica\\_indicadores\\_de\\_desempenho\\_2022\\_20603.pdf](https://sisab.saude.gov.br/resource/file/nota_tecnica_indicadores_de_desempenho_2022_20603.pdf). Acesso em: 08/04/2024.
- CUBAS, M. R. et al.. Avaliação da Atenção Primária à Saúde: validação de instrumento para análise de desempenho dos serviços. Saúde em Debate, v. 41, n. 113, p. 471-485, abr. 2017.
- FERREIRA, L. R.; NEVES, V. R.; ROSA, A. S. Desafios na avaliação da atenção básica a partir de um programa de melhoria da qualidade. Escola Anna Nery, v.26, 2022.
- FONSECA, A. F.; MENDONÇA, M. H. M. Avaliação e políticas públicas de saúde: reflexões a partir da atenção básica. In: GUIZARDI, F. L. et al (Org.). Políticas de participação e saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; Recife: Editora Universitária UFPE, p. 197-224, 2014.
- HARZHEIM, E. Previne Brasil: bases da reforma da Atenção Primária à Saúde. Ciência Saúde Coletiva. v.25, n.4, p.1189-1196, 2020.
- IEPS - Instituto de Estudos para Políticas de Saúde. Guia de Políticas de Saúde - Implementando Sistemas de Melhoria da Qualidade na Atenção Primária em Saúde. IEPS: 2024. Disponível em: <https://ieps.org.br/avaliar-qualidade-aps-essencial-fortalecimento-sus/>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- LOZANO, A. W. et al. Indicador de Vacinação Infantil no Previne Brasil: Uma Análise Sob a Perspectiva do Enfermeiro. Revista Nursing. v.29. n.319. p.10334-10339. 2025. Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/3273/4003>. Acesso em: 28 jul. 2025. DOI: <https://doi.org/10.36489/nursing.2025v29i319p10334-10339>
- MEDEIROS, P. A. et al. Condições de saúde entre profissionais da Atenção Básica em Saúde do Município de Santa Maria - RS. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, v. 20, n. 2, p.115-122, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/18961/15739>. Acesso em: 09 jul. 2025.
- RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. Revista de Administração Pública, v.46, n.5, p.1271-1294, 2012.
- Sociedade Brasileira de Diabetes [SBD]. Brasil já tem cerca de 20 milhões de pessoas com diabetes. 2025. Recuperado em 08 jun. 2025, de: <https://diabetes.org.br/brasil-ja-tem-cerca-de-20-milhoes-de-pessoas-com-diabetes/>.
- SOARES, C. S.; CAMARGOS, M. C.S.; NORONHA, K.V.M. Financiamento da Atenção Primária à Saúde e os Resultados dos Componentes do Programa Previne Brasil em Minas Gerais. Revista Gestão e Planejamento, v.24, p.223-240, 2023.
- TASCA, R.; MASSUDA, A.; CARVALHO, W. M.; BUCHWEITZ, C.; HARZHEIM, E. Recomendações para o fortalecimento da atenção primária à saúde no Brasil. Rev Panam Salud Publica, p.1-8, 44, 2020. DOI:<https://doi.org/10.26633/RPSP.2020.4>



# RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E DATA



## João Ricardo Brigagão Hilário

Mestrando em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Especialista em Gestão Estratégica de Negócios pelo Instituto Machadense de Ensino Superior (IMES). Licenciatura em Matemática pela Universidade de Franca (UNIFRAN). Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação Educacional de Machado (FEM).

joaobrigagao15@gmail.com

## Universidade Federal de Alfenas

Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP. Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Campus Varginha.  
profiap@unifal-mg.edu.br

## Vinicius de Souza Moreira

Doutor, Mestre e Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

vinicius.moreira@unifal-mg.edu.br

**Agosto/2025**





# Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

À

Superintendência Regional de Saúde de Alfenas – MG

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado “Avaliação da Eficácia do Programa Previne Brasil na Unidade Regional de Saúde de Alfenas em Minas Gerais”, derivado da dissertação de mestrado “Avaliação de Políticas Públicas de Saúde: Análise da Eficácia do Programa Previne Brasil na Unidade Regional de Saúde de Alfenas em Minas Gerais”, de autoria de “João Ricardo Brigagão Hilário”.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada Universidade Federal de Alfenas, Campus Varginha.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um relatório técnico e seu propósito é avaliar a eficácia alcançada pelos municípios da URS de Alfenas quanto aos objetivos e metas propostas pelo Programa Previne Brasil.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço [profiap@unifal-mg.edu.br](mailto:profiap@unifal-mg.edu.br).

Alfenas, MG

25 de setembro de 2025

Registro de recebimento

---

João Tadeu da Silva  
Documento assinado digitalmente  
JOAO TADEU SILVA  
Data: 01/10/2025 08:27:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Superintendente Regional de Saúde de Alfenas